

**LIVRO DE  
QUESTÕES**

**DIREITO ELEITORAL**

LEONARDO SOUZA

# SUMÁRIO

→ DIREITO ELEITORAL - DIVERSAS BANCAS.....	7
<b>QUESTÕES</b> .....	7
GABARITO COMENTADO.....	86
→ DIREITO ELEITORAL - QUESTÕES AUTORAIS .....	207
<b>QUESTÕES</b> .....	207
GABARITO COMENTADO .....	231

# DIREITO ELEITORAL - AUTORAIS

Leonardo Souza

Prezado(a) estudante,

Com o objetivo de ofertar sempre a melhor preparação para suas provas, apresentamos a seguir 100 questões inéditas elaboradas pelo professor especialista Leonardo Souza. Elas complementarão seus estudos, tendo em vista o relativamente baixo índice de questões de bancas diversas. Agora é com você!

## → RESOLUÇÃO Nº 23.659, DE 2021

**1. (INÉDITA)** É assegurada ao cidadão e à cidadã a emissão de certidão que reflita sua situação atual no Cadastro Eleitoral, com a necessária especificidade ao exercício de direitos, devendo ser disponibilizada, dentre outras, de forma automática no sistema, a geração de certidões relativas a, exceto:

- a) inscrição e domicílio eleitorais.
- b) obrigatoriedade do exercício do voto.
- c) pleno gozo, perda ou suspensão dos direitos políticos.
- d) atendimento a convocação para os trabalhos eleitorais.

**2. (INÉDITA)** Sobre a prestação dos serviços eleitorais, assinale a opção correta:

- a) A coleta biométrica de dados poderá ser feita por pessoa contratada em caráter excepcional e temporário.

- b) O Cadastro Eleitoral e as informações resultantes de sua atualização serão administrados e utilizados, prioritariamente, pela Justiça Eleitoral.
- c) A execução dos serviços de processamento eletrônico de dados, na Justiça Eleitoral, será realizada, em cada circunscrição, por administração direta do juízo eleitoral respectivo.
- d) Para a execução da prestação dos serviços eleitorais, os tribunais regionais eleitorais, sob supervisão e coordenação do Tribunal Superior Eleitoral, poderão celebrar convênios ou contratos com entidades públicas e privadas.

**3. (INÉDITA)** Sobre o acesso às informações constantes do cadastro eleitoral, assinale a alternativa correta:

- a) O acesso a informações constantes do Cadastro Eleitoral se dará exclusivamente por instituições públicas, conforme a

Lei Geral de Proteção de Dados e a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que tratar do acesso a dados constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral.

- b) O acesso a informações constantes do Cadastro Eleitoral por instituições públicas e privadas se dará conforme a Lei Geral de Proteção de Dados e a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que tratar do acesso a dados constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral. Sendo vedado a pessoas físicas.
- c) O acesso a informações constantes do Cadastro Eleitoral por instituições públicas se dará conforme a Lei Geral de Proteção de Dados e a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que tratar do acesso a dados constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, mas por instituições privadas e pessoas físicas ainda depende de regulamentação legal.
- d) O acesso a informações constantes do Cadastro Eleitoral por instituições públicas e privadas e por pessoas físicas se dará conforme a Lei Geral de Proteção de Dados e a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que tratar do acesso a dados constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral.

**4. (INÉDITA)** De acordo com a Resolução TSE nº 23.659/21, é assegurado o alistamento eleitoral a:

- a) a todas as pessoas brasileiras que tenham atingido a idade mínima constitucionalmente prevista, salvo os que, pertencendo à classe dos conscritos, estejam no período de serviço militar obrigatório e dele não tenham se desincumbido e às pessoas portuguesas que tenham adquirido o gozo dos direitos políticos no Brasil, observada a legislação específica.
- b) a todas as pessoas brasileiras que tenham atingido a idade mínima constitucionalmente prevista, salvo os que, pertencendo à classe dos conscritos, estejam no período de serviço militar obrigatório, mesmo que dele já tenham se desincumbido e às pessoas portuguesas que tenham adquirido o gozo dos direitos políticos no Brasil, observada a legislação específica.
- c) a todas as pessoas brasileiras que tenham atingido a idade mínima constitucionalmente prevista, salvo os que, pertencendo à classe dos conscritos,

estejam no período de serviço militar obrigatório e dele não tenham se desincumbido e às pessoas portuguesas que tenham mais de 15 anos de domicílio no Brasil, observada a legislação específica.

- d) a todas as pessoas brasileiras que tenham atingido a idade mínima constitucionalmente prevista, salvo as pessoas analfabetas, os que, pertencendo à classe dos conscritos, estejam no período de serviço militar obrigatório e dele não tenham se desincumbido e às pessoas portuguesas que tenham adquirido o gozo dos direitos políticos no Brasil, observada a legislação específica.

**5. (INÉDITA)** Sobre a aquisição e exercício de direitos políticos, assinale a opção correta.

- a) A suspensão dos direitos políticos obsta a realização das operações do Cadastro Eleitoral, inclusive o alistamento.
- b) A perda dos direitos políticos, decorrente da perda da nacionalidade brasileira, impede o alistamento eleitoral e as demais operações do Cadastro Eleitoral, acarretando, se for o caso, o cancelamento da inscrição já existente.
- c) A aquisição do gozo de direitos políticos por pessoa brasileira em Portugal acarreta a suspensão de direitos políticos ou o cancelamento da inscrição eleitoral e impede o alistamento eleitoral ou as demais operações do Cadastro Eleitoral.
- d) Será suspensa a inscrição eleitoral quando declarado extinto o gozo dos direitos políticos por pessoa portuguesa no Brasil.

**6. (INÉDITA)** Sobre a aquisição e exercício de direitos políticos, assinale a opção **incorreta**.

- a) No tratamento de dados das pessoas indígenas, serão feitas distinções entre “integradas” e “não integradas”, “aldeadas” e “não aldeadas” para fins de melhor prestar o serviço eleitoral a essas comunidades.
- b) A Justiça Eleitoral empreenderá meios destinados a assegurar o alistamento e o exercício dos direitos políticos por pessoas com deficiência, por pessoas que se encontram em prisão provisória e por adolescentes sob custódia em unidade de internação.
- c) É direito fundamental da pessoa indígena ter considerados, na prestação de serviços eleitorais, sua organização social, seus costumes e suas línguas, crenças e tradições.

- d) A obrigatoriedade e a facultatividade do alistamento eleitoral e do exercício do voto são determinadas pelas regras constitucionais, não se aplicando eventuais disposições legais em contrário.

**7. (INÉDITA)** De acordo com a Resolução TSE 23.659/21, é assegurado à pessoa com deficiência, com exceção de:

- escolher, no ato de alistamento, transferência ou revisão, local de votação que permita sua vinculação a seção eleitoral com acessibilidade, dentro da zona eleitoral.
- indicar, no prazo estipulado pela Justiça Eleitoral para cada pleito, local de votação, diverso daquele em que está sua seção de origem, no qual prefere exercer o voto, desde que dentro dos limites da circunscrição do pleito.
- ser auxiliada, no ato de votar, por pessoa de sua escolha, ainda que não o tenha requerido antecipadamente ao juízo eleitoral.
- votar em seção exclusiva para pessoas com deficiência dentro daquelas designadas pelo Juiz ou Juíza Eleitoral de sua circunscrição.

**8. (INÉDITA)** Sobre os direitos fundamentais da pessoa transgênero no que diz respeito ao exercício dos seus direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa transgênero se identifica e é socialmente reconhecida, permitida a utilização de apelidos ou alcunhas no campo destinado ao nome social.
- Considera-se identidade de gênero a atitude individual que diz respeito à forma como cada pessoa se percebe e se relaciona com as representações sociais de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar necessária relação com o sexo biológico atribuído no nascimento.
- A Justiça Eleitoral divulgará o nome civil da pessoa quando for ela identificada por nome social constante do Cadastro Eleitoral, em nome da segurança do voto.
- Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados é vedada a inclusão do nome civil em batimentos, relatórios e documentos utilizados pela Justiça Eleitoral, quando justificada a necessidade.

**9. (INÉDITA)** Adilson, brasileiro nato, nascido no exterior, 18 anos, residente na Argentina, requereu seu alistamento eleitoral no prazo legal e pretende votar naquele País para as eleições realizadas no Brasil. Sobre o tema, de acordo com a Resolução TSE nº 23.659/21, é correto afirmar que:

- Adilson pode votar nas eleições presidenciais e federais, mas não poderá votar nas eleições municipais.
- O cadastro eleitoral de pessoas brasileiras residentes no exterior ficará sob a responsabilidade do juízo da zona eleitoral do local do último domicílio da pessoa no Brasil.
- Caso não se alistasse dentro do prazo legal, Adilson não incorreria em multa, por estar residindo no exterior.
- O número do Título de Eleitor de Adilson, por ser de zona ZZ, tem como nono e décimo algarismos o código “28”.

**10. (INÉDITA)** Sobre as restrições a direitos políticos, assinale a **incorreta**.

- A regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante a comprovação de haver cessado o impedimento.
- Tomando conhecimento de fato ensejador de suspensão de direitos políticos ou de impedimento ao exercício do voto, a zona eleitoral competente providenciará o imediato registro da situação no Cadastro Eleitoral.
- No caso de suspensão dos direitos políticos, é considerado documento comprobatório de requalificação ou restabelecimento de direitos políticos o decreto ou a portaria.
- A mera inclusão da informação sobre inelegibilidade no Cadastro Eleitoral não equivale à declaração desta.

**11. (INÉDITA)** De acordo com a Res. TSE 23.659/21, para fixação de domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo:

- residencial com o município.
- residencial com ânimo definitivo no município.
- exclusivamente residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário com o município.

d) residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.

**12. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a transferência e a revisão de inscrição envolvida em coincidência ou cancelada em decorrência de perda de direitos políticos ou por decisão de autoridade judiciária.
- b) Não será admitida transferência e revisão com reutilização do número de inscrição cancelada por motivo de falecimento, duplicidade ou pluralidade, não exercício do voto em três eleições consecutivas e revisão de eleitorado em qualquer hipótese.
- c) Dentro dos 151 dias anteriores à data da eleição, não serão recebidos requerimentos de alistamento, transferência ou revisão.
- d) O alistamento eleitoral da pessoa analfabeta é obrigatório, sendo o voto facultativo.

**13. (INÉDITA)** Incorrerá em multa a ser imposta pelo juízo eleitoral e cobrada no ato do alistamento a pessoa brasileira:

- a) naturalizada, maior de 18 anos, que não se alistar até completar 19 anos.
- b) nata, nascida no exterior, que não se alistar até 1 ano após a sua chegada ao Brasil.
- c) nata, que se alfabetizar depois dos 18 anos e não se alistar até 1 ano após a alfabetização.
- d) nata, nascida em território nacional, que não se alistar até os 19 anos.

**14. (INÉDITA)** Hanna, fez 19 anos neste ano, mulher trans, com documentos de identificação do gênero masculino, procura a Zona Eleitoral que você trabalha para se alistar como eleitora. Quais os documentos poderão ser exigidos dela para confecção do seu primeiro Título de Eleitor, na forma da Res. TSE nº 23.659/21:

- a) Hanna não poderá se alistar como eleitora porque ainda possui documentos do gênero masculino.
- b) RG ou certidão de nascimento do gênero masculino ou feminino, comprovante de domicílio e certidão de quitação militar.

c) RG ou certidão de nascimento do gênero feminino e comprovante de domicílio.

d) RG ou certidão de nascimento do gênero masculino ou feminino, comprovante de domicílio.

**15. (INÉDITA)** De acordo com a Resolução TSE 26.659/21, os quatro últimos algarismos do Título de Eleitor representam, respectivamente:

- a) dígitos verificadores e código da UF.
- b) código da UF e dígitos verificadores.
- c) números sequenciados.
- d) códigos que identificam a situação eleitoral da pessoa alistanda.

**16. (INÉDITA)** Sobre a transferência, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência será realizada quando a pessoa desejar alterar seu domicílio eleitoral, sem retificação de dados ou regularização de inscrição cancelada, e for encontrado em seu nome, em município diverso ou no exterior, número de inscrição regular, suspensa ou, se cancelada, por motivo que permita sua reutilização.
- b) É requisito para a transferência, dentre outros: apresentação do requerimento perante a unidade de atendimento da Justiça Eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente e transcurso de, pelo menos, três do alistamento ou da última transferência.
- c) O requisito temporal para a transferência será exigido com menor rigor de indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, trabalhadoras e trabalhadores rurais safristas e pessoas que tenham sido forçadas, em razão de tragédia ambiental, a mudar sua residência.
- d) Se a multa devida por ausência às urnas ou por desatendimento a convocações para os trabalhos eleitorais ainda não tiver sido arbitrada pelo juízo eleitoral competente, o eleitor ou a eleitora poderá optar, desde logo, por recolhê-la no valor máximo, não decuplicado, previsto na legislação, para poder ter processada a sua transferência.

**17. (INÉDITA)** Sobre a segunda via, assinale a opção correta:

- a) No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, a

pessoa que possuir inscrição regular, cancelada ou suspensa poderá requerer ao juízo de seu domicílio eleitoral a expedição de segunda via do título eleitoral.

- b) No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, a pessoa que possuir inscrição regular poderá requerer ao juízo de seu domicílio eleitoral a expedição de segunda via do título eleitoral.
- c) No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, a pessoa que possuir inscrição regular ou suspensa poderá requerer ao juízo de seu domicílio eleitoral a expedição de segunda via do título eleitoral.
- d) No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, a pessoa que possuir inscrição regular ou suspensa poderá requerer ao juízo de qualquer domicílio eleitoral a expedição de segunda via do título eleitoral.

**18. (INÉDITA)** Sobre o Requerimento de Alistamento Eleitoral, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Os pedidos de alistamento, revisão, transferência e segunda via, salvo no caso de pessoa residente no exterior, serão formalizados perante a Justiça Eleitoral por meio do Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em modelo a ser preenchido e processado eletronicamente.
- b) Os campos do formulário RAE serão detalhados em ato da Corregedoria-Geral Eleitoral e serão orientados à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à autodeclaração e das finalidades de adequada identificação da pessoa eleitora e de coleta de informações necessárias para o aperfeiçoamento e a especialização dos serviços eleitorais.
- c) A raça, em correspondência ao quesitor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é campo obrigatório do formulário RAE.
- d) A pessoa em situação de rua está desobrigada da comprovação documental do vínculo informado para a finalidade de fixação do domicílio eleitoral.

**19. (INÉDITA)** Indique a alternativa correta:

- a) Qualquer partido político e o Ministério Público Eleitoral poderão interpor recurso contra o deferimento do alistamento ou da transferência, no prazo de 10 dias, contados da disponibilização da listagem contendo as inscrições eleitorais para as quais houve requerimento de alistamento ou transferência deferido ou indeferido.
- b) Qualquer partido político, qualquer eleitor e o Ministério Público Eleitoral poderão interpor recurso contra o deferimento do alistamento ou da transferência, no prazo de 10 dias, contados da disponibilização da listagem contendo as inscrições eleitorais para as quais houve requerimento de alistamento ou transferência deferido ou indeferido.
- c) Qualquer partido político e o Ministério Público Eleitoral poderão interpor recurso contra o deferimento do alistamento ou da transferência, no prazo de 15 dias, contados da disponibilização da listagem contendo as inscrições eleitorais para as quais houve requerimento de alistamento ou transferência deferido ou indeferido.
- d) Qualquer eleitor, partido político e o Ministério Público Eleitoral poderão interpor recurso contra o deferimento do alistamento ou da transferência, no prazo de 5 dias, contados da disponibilização da listagem contendo as inscrições eleitorais para as quais houve requerimento de alistamento ou transferência deferido ou indeferido.

**20. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta de acordo com o previsto na Resolução 23.659/21:

- a) Qualquer partido político, com legitimidade exclusiva, poderá peticionar ao juízo eleitoral, às corregedorias regionais eleitorais ou à Corregedoria-Geral Eleitoral, no âmbito de suas respectivas competências, para requerer a apuração de irregularidades no alistamento, na transferência e na revisão.
- b) Qualquer eleitor ou eleitora, partido político ou Ministério Público poderá peticionar ao juízo eleitoral, às corregedorias regionais eleitorais ou à Corregedoria-Geral Eleitoral, no âmbito de suas respectivas competências, para requerer a apuração de irregularidades no alistamento, na transferência e na revisão e segunda via.

- c) Qualquer eleitor ou eleitora, partido político ou Ministério Público poderá peticionar ao juízo eleitoral, às corregedorias regionais eleitorais ou à Corregedoria-Geral Eleitoral, no âmbito de suas respectivas competências, para requerer a apuração de irregularidades no alistamento, na transferência e na revisão.
- d) Qualquer partido político ou Ministério Público, com legitimidade exclusiva, poderá peticionar ao juízo eleitoral, às corregedorias regionais eleitorais ou à Corregedoria-Geral Eleitoral, no âmbito de suas respectivas competências, para requerer a apuração de irregularidades no alistamento, na transferência e na revisão.

**21. (INÉDITA)** Sobre o Título Eleitoral, assinale a alternativa correta de acordo com a Resolução 23.659/21:

- a) O eleitor ou a eleitora que possua inscrição eleitoral regular ou suspensão poderá solicitar, a qualquer tempo, a impressão do título eleitoral e a via digital do título eleitoral, por meio do aplicativo.
- b) O título eleitoral impresso ou digital comprova o alistamento e a existência de inscrição **regular** ou **suspensa** na data de sua emissão e faz prova da quitação eleitoral ou da regularidade de obrigações eleitorais específicas.
- c) A via impressa do título será entregue pela(o) atendente da Justiça Eleitoral à pessoa eleitora ou terceira pessoa designada.
- d) O eleitor ou a eleitora que tenha biometria registrada na Justiça Eleitoral poderá utilizar a via digital do título de eleitor como identificação para fins de votação, devendo, neste caso específico, portar o aparelho de telefonia celular dentro da cabine de votação.

**22. (INÉDITA)** Sobre batimento, assinale a alternativa correta de acordo com a Resolução 23.659/21:

- a) O objetivo do batimento em âmbito nacional realizado pelo TSE é identificar situações que exijam averiguação, expurgar inconformidades e outras irregularidades de inscrições eleitorais e verificar se houve fraude na apuração das eleições.
- b) No batimento, a inconformidade de “pluralidade” ocorre quando houver indício de que uma única pessoa possui

2 inscrições eleitorais, em decorrência de uma inscrição indevida, seja por equívoco no atendimento ou pela tentativa maliciosa de obtenção de uma segunda inscrição eleitoral.

- c) As operações de alistamento, transferência, revisão e segunda via somente serão incluídas no cadastro ou efetivadas após submetidas a batimento de dados biográficos.
- d) Detectada a inconformidade, a inscrição ficará sujeita à apreciação e decisão de autoridade judiciária.

**23. (INÉDITA)** Sobre o processamento das inconformidades decorrentes do batimento, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Realizado o batimento, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá relação dos grupos de inscrições e/ou RAEs envolvidos em duplicidade, pluralidade ou incoincidência, emitida por ordem de número de grupo, contendo os dados necessários à individualização dos eleitores agrupados.
- b) Realizado o batimento, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá comunicação eletrônica dirigida à autoridade judiciária incumbida da apreciação do caso, noticiando a existência de inscrição envolvida em duplicidade, pluralidade ou incoincidência, para devido processamento.
- c) Realizado o batimento, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá dirigida ao eleitor cuja inscrição estiver em situação “não liberada”, para que, no prazo de 15 dias a contar da data do batimento, requeira a regularização de sua situação eleitoral.
- d) O edital informando as inscrições agrupadas em duplicidade, pluralidade ou incoincidência ficará disponível pelo prazo de 20 dias a contar do batimento.

**24. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta, de acordo com a Res. TSE nº 23.659/21:

- a) Identificada situação em que a mesma pessoa possua duas ou mais inscrições eleitorais **liberadas** ou **regulares**, agrupadas ou não pelo batimento de dados biográficos, o cancelamento recairá, preferencialmente, na seguinte ordem: na inscrição mais recente, efetuada contrariamente às instruções em vigor; na

inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral do eleitor ou da eleitora; na inscrição que não foi utilizada para o exercício do voto pela última vez; na mais antiga.

- b) Identificada situação em que a mesma pessoa possua duas ou mais inscrições eleitorais **liberadas** ou **regulares**, agrupadas ou não pelo batimento de dados biográficos, o cancelamento recairá, obrigatoriamente, na seguinte ordem: na inscrição mais recente, efetuada contrariamente às instruções em vigor; na inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral do eleitor ou da eleitora; na inscrição que não foi utilizada para o exercício do voto pela última vez; na mais antiga.
- c) Identificada situação em que a mesma pessoa possua duas ou mais inscrições eleitorais **liberadas** ou **regulares**, agrupadas ou não pelo batimento de dados biográficos, o cancelamento recairá, preferencialmente, na seguinte ordem: na mais antiga; na inscrição que não foi utilizada para o exercício do voto pela última vez; efetuada contrariamente às instruções em vigor; na inscrição mais recente.
- d) Identificada situação em que a mesma pessoa possua duas ou mais inscrições eleitorais **liberadas** ou **regulares**, agrupadas ou não pelo batimento de dados biográficos, o cancelamento recairá, obrigatoriamente, na seguinte ordem: na mais antiga; na inscrição que não foi utilizada para o exercício do voto pela última vez; efetuada contrariamente às instruções em vigor; na inscrição mais recente.

**25. (INÉDITA)** De acordo com a Resolução TSE 23.659/2021, as decisões administrativas nas pluralidades de inscrições, agrupadas ou não pelo batimento, inclusive quanto à inscrição de pessoas que estão com os direitos políticos suspensos, caberá ao:

- a) TRE, quando envolver inscrições efetuadas entre zonas eleitorais de um mesmo Estado ou do Distrito Federal
- b) TSE, quando envolver inscrições efetuadas em zonas eleitorais de Estados diversos.
- c) Juiz Eleitoral quando envolverem inscrições efetuadas em uma mesma zona eleitoral.
- d) Corregedor Regional Eleitoral, quando envolver inscrições efetuadas em zonas eleitorais de Estados diversos.

**26. (INÉDITA)** Sobre a correção do eleitorado, assinale a alternativa correta, de acordo com a Resolução 23.659/21:

- a) A correção de eleitorado deverá ser determinada pela Corregedoria-Geral Eleitoral, quando o total de transferências ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do ano anterior o eleitorado for superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos do território daquele município e o eleitorado for superior a 70% e menor ou igual a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- b) A correção de eleitorado poderá ser determinada, observada a conveniência e a disponibilidade de recursos pela Corregedoria-Geral Eleitoral, quando o total de transferências ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do anterior o eleitorado for superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos do território daquele município e o eleitorado for superior a 65% e menor ou igual a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- c) A correção de eleitorado poderá ser determinada, observada a conveniência e a disponibilidade de recursos pela Corregedoria-Geral Eleitoral, quando o total de transferências ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do anterior o eleitorado for superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos do território daquele município e o eleitorado for superior a 60% e menor ou igual a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- d) A correção de eleitorado poderá ser determinada, observada a conveniência e a disponibilidade de recursos pela Corregedoria-Regional Eleitoral, quando o total de transferências ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do ano anterior o eleitorado for superior ao dobro da população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos do território daquele município e o eleitorado for superior a 65% e menor ou igual a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**27. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta, de acordo com a Res. TSE 23.659/21:

- a) A revisão do eleitorado é ordenada por TRE, comunicando a decisão ao TSE, quando, realizada correição em determinada zona, ficar comprovada a fraude em proporção comprometedora.
- b) A revisão do eleitorado realizada pelo motivo de fraude comprometedora não dependerá da existência de dotação orçamentária, pela sua necessidade urgente.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral poderá, de ofício, determinar a revisão do eleitorado do município, observada a conveniência e a disponibilidade de recursos, quando o total de transferências ocorridas no ano em curso seja 10% superior ao do ano anterior; o eleitorado for superior à população entre 10 e 15 anos, somada à de idade superior a 70 anos do território daquele município o eleitorado for superior a 80% da população projetada para aquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- d) Em nenhuma hipótese, a revisão do eleitorado será realizada no ano eleitoral.

**28. (INÉDITA)** Sobre a revisão do eleitorado, de acordo com a Res. TSE 23.659/21, marque a alternativa correta:

- a) A revisão de eleitorado deverá ser sempre presidida pelo juiz ou juíza eleitoral da respectiva zona, cabendo ao tribunal regional eleitoral indicar, nos municípios com mais de uma zona eleitoral, o juiz ou juíza que coordenará os trabalhos.
- b) A fiscalização da revisão de eleitorado será desempenhada pelos partidos políticos daquela circunscrição eleitoral.
- c) O prazo do procedimento revisional será previsto no ato que determinar sua realização e será, no máximo, de 30 dias.
- d) O juiz ou a juíza eleitoral dará início ao procedimento revisional no prazo máximo de 10 dias contados da determinação da revisão pelo tribunal competente.

## → LEI DAS INELEGIBILIDADES - AIJE E AIRC

**29. (INÉDITA)** Sobre as inelegibilidades previstas na LC 64/90, assinale a alternativa correta:

- a) são inelegíveis para os inalistáveis e os analfabetos.
- b) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena, pelo crime de homicídio culposo.
- c) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 anos, a contar da eleição seguinte à decisão que declarar a indignidade.
- d) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 6 meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.

**30. (INÉDITA)** Sobre as desincompatibilizações eleitorais previstas na Lei das Inelegibilidades, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro, General do Exército, comandante da Região Militar localizada no Rio de Janeiro, é inelegível para o Cargo de Governador daquele Estado se não se desvincular da função em até 6 meses antes do pleito.
- b) Joaquina, Defensora Pública, em exercício no município de Campo Mourão, PR, pretende concorrer à Prefeitura nas próximas eleições. Para que sua candidatura seja possível, ela deve se desincompatibilizar da função de Defensora Pública naquela Comarca, até 6 meses antes das eleições.
- c) Aqueles que forem inelegíveis para a Câmara Municipal de cada município, serão também inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de 4 meses para desincompatibilização.
- d) Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 12 meses antes do pleito.

**31. (INÉDITA)** Cleber, Governador do Estado do Paraná, pretende concorrer ao cargo de Presidente da República nas eleições de

2026. De acordo com a legislação em vigor, Cleber:

- a) poderá concorrer ao cargo de Presidente se renunciar ao cargo de Governador de Estado no ano da eleição.
- b) poderá concorrer ao cargo de Presidente sem a necessidade de renunciar ao cargo de Governador do Estado.
- c) poderá concorrer ao cargo de Presidente se renunciar ao cargo de Governador de Estado nos seis meses que antecedem ao pleito.
- d) não poderá concorrer ao cargo de Presidente, mas não há impedimento para que o seu Vice concorra.

**32. (INÉDITA)** Andreia, Promotora e Vanessa, Defensora Pública atuam como titulares no município de Santos/SP. Pretendem formar chapa de Prefeita e Vice nas próximas eleições municipais. Assim, Andreia e Vanessa devem:

- a) se afastar dos seus cargos, sem prejuízo dos seus vencimentos até 4 meses antes da eleição.
- b) se afastar dos seus cargos, sem prejuízo dos seus vencimentos até 6 meses antes da eleição.
- c) se afastar dos seus cargos, sem prejuízo dos seus vencimentos até 3 meses antes da eleição.
- d) se afastar dos seus cargos, com prejuízo dos seus vencimentos até 4 meses antes da eleição.

**33. (INÉDITA)** Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. Assinale a alternativa que indica a competência de forma correta para as arguições de inelegibilidade, de acordo com a legislação em vigor.

- a) o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República, Senador e Deputado Federal.
- b) os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Prefeitos e Vice-Prefeitos de capitais.
- c) os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

- d) as Juntas Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

**34. (INÉDITA)** Sobre a Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (AIRC), de acordo com a LC 64/90, assinale a alternativa correta:

- a) São legitimados para propor a AIRC o Ministério Público Eleitoral, coligações, partidos, candidatos e o eleitor.
- b) O prazo para impugnar o registro de candidatura é de 5 dias a contar do registro.
- c) Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
- d) A impugnação, por parte do candidato, partido político, eleitor ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

**35. (INÉDITA)** Sobre as disposições legais acerca das inelegibilidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) É facultado ao partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerando inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro, caso em que a respectiva comissão executiva do partido fará a escolha do candidato.
- b) A declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, assim como a destes não atingirá aqueles.
- c) A decisão que declarar a inelegibilidade de candidato deverá ser proferida até a diplomação, sob pena de perder sua eficácia.
- d) As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

**36. (INÉDITA)** Considere as situações seguintes:

Janaína foi condenada, em decisão transitada em julgado, por crime culposo;

Josefa foi condenada por órgão judicial colegiado por crime de menor potencial ofensivo;

Joaquina foi condenada, em decisão transitada em julgado, por crime de ação penal privada.

Assinale a alternativa correta:

- a) As três estão inelegíveis para qualquer cargo, na forma da LC nº 64, de 1990.
- b) As três podem concorrer a qualquer cargo eletivo, na forma da LC nº 64, de 1990.
- c) Somente Josefa, por não ter a decisão transitada em julgado, é considerada elegível.
- d) Somente Joaquina e Josefa estão elegíveis, visto que os crimes cometidos por elas não ensejam inelegibilidade.

**37. (INÉDITA)** É objetivo da AIJE (Ação de Investigação Judicial Eleitoral):

- a) investigar crimes praticados por candidatos.
- b) cassar mandatos por crime de corrupção eleitoral.
- c) apurar abuso do poder econômico em benefício de candidato.
- d) impedir o registro de candidatura de pessoa sem condições de elegibilidade.

**38. (INÉDITA)** Sobre a AIJE, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte.
- b) Julgada procedente, desde que até a proclamação dos eleitos, o tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos oito anos subsequentes à eleição em que se verificou, além de cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público

eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar.

- c) Qualquer cidadão possui legitimidade para figurar no polo ativo da AIJE.
- d) O partido político é litisconsorte passivo necessário em ações que visem à cassação da diplomação do candidato, inclusive na AIJE.

**39. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta:

- a) Na AIJE, para configuração do ato abusivo, será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- b) O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e de prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.
- c) Fica sujeito a multa eleitoral e a impedimento para concorrer em eleições futuras a pessoa que arguir a inelegibilidade ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.
- d) O Ministério Público e a Justiça Eleitoral darão prioridade, sobre quaisquer outros, sem exceção, aos processos de desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade até que sejam julgados.

## → LEI DAS ELEIÇÕES

**40. (INÉDITA)** Assinale a alternativa correta a respeito das eleições no Brasil.

- a) As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador serão realizadas simultaneamente em todo o país.
- b) Se antes de realizado o segundo turno ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.